

**PARECER DE MÉRITO SOBRE SOLICITAÇÃO DE CRÉDITOS ADICIONAIS À LEI Nº 12.381/2011 (Lei Orçamentária de 2011) Nº 0004144-61.2011.2.00.0000**

RELATOR : **CONSELHEIRO REPRESENTANTE TST**  
REQUERENTE : **CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL**  
REQUERIDO : **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**  
ASSUNTO : **SOLICITAÇÃO DE CRÉDITOS ADICIONAIS**

**EMENTA: PARECER DE MÉRITO SOBRE SOLICITAÇÃO DE CRÉDITOS ADICIONAIS À LEI Nº 12.381/2011 (Lei Orçamentária de 2011).** Créditos suplementares para despesas com Requisições de Pequeno Valor. Urgência. Parecer favorável, *ad referendum*.

## **1. RELATÓRIO**

Trata-se de solicitação de créditos adicionais suplementares, formulada pelo **CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL** e encaminhada à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SOF, dentro da competência assegurada pelo Art. 99, § 2º, Inciso I, da Constituição Federal e nos termos da Portaria SOF nº 07, de 1º de março de 2011.

Concomitantemente, foi encaminhada a este Conselho, por meio dos **Ofícios PR N. 2011013526 e PR N. 2011013527, de 03 de agosto de 2011**, para emissão do parecer exigido pelo art. 57, § 6º da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2011- e nos termos do Art. 2º da Resolução CNJ nº 68, de 03 de março de 2009.

O pedido foi regulamente distribuído ao Conselheiro Representante do TST. Entretanto, diante do término do mandato do E. Conselheiro Ministro Ives Gandra e na ausência de posse do seu sucessor, este Procedimento foi a mim remetido, nos termos do art. 24, I do RICNJ, para deliberação, por se tratar de medida urgente.

Foram solicitados créditos adicionais no montante de **R\$ 1.623.793.226,00**

(um bilhão, seiscentos e vinte e três milhões, setecentos e noventa e três mil e duzentos e vinte e seis reais), destinados ao atendimento, pelos Tribunais Regionais Federais, das seguintes despesas no exercício de 2011:

1. Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado – Requisições de Pequeno Valor:
  - a) Com oferecimento de recursos compensatórios, **R\$ 943.868.399,00** (novecentos e quarenta e três milhões, oitocentos e sessenta e oito mil e trezentos e noventa e nove reais);
  - b) Sem oferecimento de recursos compensatórios, **R\$ 668.498.487,00** (seiscentos e sessenta e oito milhões, quatrocentos e noventa e oito mil e quatrocentos e oitenta e sete reais).
2. Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor:
  - a) Com oferecimento de recursos compensatórios, **R\$ 11.426.340,00** (onze milhões, quatrocentos e vinte e seis mil e trezentos e quarenta reais).

Informa a Secretaria de Planejamento e Orçamento do Conselho da Justiça Federal que há necessidade de suplementação dos créditos aos Tribunais Regionais já para os compromissos com vencimento em 20 de agosto do corrente, razão pela qual solicita parecer em caráter de urgência.

## 2. ANÁLISE

O Departamento de Acompanhamento Orçamentário do CNJ emitiu a Informação nº 29/DOR, de 09 de agosto de 2011, analisando a solicitação apresentada.

De acordo com o art. 29 da LDO, as dotações orçamentárias aprovadas na LOA e destinadas ao pagamento de despesas com precatórios e requisições de pequeno valor devem ser integralmente descentralizadas aos Tribunais que proferirem as decisões exequendas, ressalvadas as hipóteses de causas processadas pela justiça comum

estadual. Caso o valor descentralizado revele-se insuficiente, compete ao Tribunal, por meio do seu órgão setorial de orçamento, providenciar junto à Secretaria de Orçamento Federal – SOF, a complementação da dotação, conforme o § 2º desse mesmo artigo.

A presente proposta de abertura dos créditos suplementares deve ser submetida ao Presidente da República, nos termos do art. 57 da LDO 2011, e encontra respaldo na autorização constante da LOA 2011, art. 4º, inciso III.

A documentação que detalha os créditos solicitados e os oferecidos como compensação e que demonstra a necessidade dos recursos para os pagamentos das despesas foi encaminhada pelo Conselho da Justiça Federal à Secretaria de Orçamento Federal e a este Conselho.

As solicitações de créditos suplementares autorizados na LOA 2011 têm como prazo de encaminhamento à SOF o primeiro decêndio de abril, de setembro e de novembro, conforme art. 5º da Portaria SOF nº 07, de 1º de março de 2011, ficando o andamento do pleito na dependência do Parecer deste Conselho. A insuficiência de créditos nos Tribunais para pagamentos de RPV com vencimento em 20 de agosto próximo justifica a antecipação de prazo e a urgência na emissão do Parecer.

Assim, o Departamento de Acompanhamento Orçamentário manifestou-se **favorável** ao atendimento do pleito e pela emissão de parecer ***ad referendum***, nos termos do § 2º do art. 2º da Resolução CNJ N. 68/2009.

### **3. FUNDAMENTAÇÃO**

#### **3.1. Conhecimento**

**Conheço** da solicitação de crédito adicional em exame. A proposta observou o art. 57, § 6º, da Lei nº 12.309/2010 e a Resolução CNJ nº 68/2009.

#### **3.2. Mérito**

### **PARECER**

A solicitação foi adequadamente instruída com o quadro demonstrativo, discriminando-se os créditos pleiteados e os oferecidos como compensação, cujos dados foram encaminhados à SOF, nos termos da Portaria SOF nº 07, de 1º de março de 2011. Foram observadas as Leis nºs 12.309/2010 (LDO 2011) e 12.381/2011 (Lei Orçamentária 2011). Os recursos são necessários para viabilizar os gastos indicados.

Reconheço a urgência do pleito que justifica a manifestação ***ad referendum*** do Conselho.

#### **4. CONCLUSÃO**

Isto posto, conheço da presente solicitação para emitir, ***ad referendum***, nos termos do Inciso XI do art. 25 do Regimento Interno deste Conselho e do § 2º do art. 2º da Resolução CNJ N. 68/2009, **parecer favorável** ao atendimento do crédito adicional solicitado.

**Publique-se.**

**Intime-se o requerente.**

**Encaminhe-se o parecer à SOF.**

**Inclua-se na pauta da 132ª Sessão Ordinária deste Conselho, a se realizar em 16 de agosto de 2011. Comunique-se o requerente da inclusão deste feito na pauta de julgamentos da referida sessão.**

Brasília, 09 de agosto de 2011.

A handwritten signature in blue ink, which appears to read 'J. Oliveira', is written over a faint circular official stamp. The signature is fluid and cursive.

**Conselheiro JORGE HÉLIO CHAVES DE OLIVEIRA**  
**Relator**